



Editoriais sobre a pandemia do coronavírus: a modalidade facultativa

Editorials about the coronavirus pandemic: the facultative modality

RESUMO / ABSTRACT

Este trabalho tem por objetivo fazer uma descrição e análise da modalidade facultativa como recurso e estratégia argumentativa no gênero jornalístico opinativo, o editorial. Para isso, recorremos aos estudos relativos à modalização discursiva e à tipologia das modalidades de Hengeveld (2004), que define a modalidade facultativa como aquela referente às capacidades e às habilidades intrínsecas e adquiridas. Assim sendo, foram selecionados 60 editoriais, disponibilizados online no site do jornal *O Diário do Nordeste*, cujo conteúdo abordava os efeitos da pandemia do coronavírus. Após a análise da modalidade facultativa nos editoriais, verificou-se que ocorre, preferencialmente, a não-inclusão [-inclusão]

Palavras-chave:

Modalização discursiva;
Modalidade facultativa;
Argumentação


do falante na incidência do valor modal, elegendo orientações modais para o Evento, fazendo com a facultatividade instaurada fosse menos enfática [-categórica] e com enunciados modalizados de forma positiva [+positivo]. Ao instaurar a modalidade facultativa, o editorialista fez uso, majoritariamente, de auxiliares modais, flexionados no presente do indicativo, o que aproxima a modalidade facultativa do aspecto *realis*, ou no presente do subjuntivo, o que a aproxima do aspecto *irrealis*. Por fim, concluiu-se a relevância da modalidade facultativa como recurso e estratégia argumentativa, em que esta é engendrada no discurso tendo em vista as intenções e os propósitos comunicativos do editorialista.

This work aims to describe and analyse the facultative modality as a resource and argumentative strategy in the opinionated journalistic genre, the editorial. For that, we resort to studies related to the discursive modalization and the typology of the modalities of Hengeveld (2004), which defines the facultative modality as that referring to the intrinsic and acquired abilities and skills. Therefore, 60 editorials were selected and made available online on the website of the newspaper *O Diário do Nordeste*, whose content addressed the effects of the coronavirus pandemic. After the analysis of the facultative modality in the editorials, it was found that the speaker does not preferably include

[-inclusion] in the incidence of modal value, choosing modal orientations for the Event, making the installed option less emphatic [-categorical] and with positive modalized statements [+positive]. When introducing the facultative modality, the editorialist mostly used modal auxiliaries, inflected in the present indicative, which brings the facultative modality closer to the *realis* aspect, or in the subjunctive present, which brings it closer to the *unrealis* aspect. Finally, the relevance of the facultative modality as a resource and argumentative strategy was concluded, in which it is engendered in the discourse in view of the editorialist's intentions and communicative purposes.

AUTOR

André Silva Oliveira

 andrthzn@gmail.com



Professor Assistente de Língua Espanhola da Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (FELCS/UFRN)

COMO CITAR

OLIVEIRA, André Silva. Editoriais sobre a pandemia do coronavírus: a modalidade facultativa. *Calidoscópio*, 19(1): 63-76. <https://doi.org/10.4013/cld.2021.191.05>

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão: 17/09/2020

Aprovação: 18/01/2021

DISTRIBUÍDO SOB



1. Introdução

Após o registro dos primeiros casos de *covid-19* e o crescente número de óbitos em decorrência da pandemia do coronavírus, pode-se averiguar que muitas mudanças precisaram ser implementadas e algumas medidas tiveram que ser impostas para que se pudesse conter ou, pelo menos, minimizar os efeitos nocivos causados pelo novo vírus. Nesse sentido, as relações humanas passaram por uma profunda mudança, não apenas no setor econômico, sanitário, esportivo, cultural e social, como também no que diz respeito à língua(gem).

É sabido que antigas e novas palavras e expressões passaram a ser empregadas pelos falantes no seu cotidiano, em razão do contexto mundial da pandemia, tais como: *surto, quarentena, lockdown, achatar a curva, isolamento social, grupo de risco, atingir o pico*, etc. Por meio dos diferentes meios de comunicação, a língua(gem) tem sido usada para repassar as mais diversas informações sobre o estágio em que a nova doença se encontra nas diferentes regiões do globo, buscando, assim, atingir o maior número possível de pessoas e alertá-las não apenas sobre os riscos que a *covid-19* pode acarretar ao organismo, mas o que elas podem fazer para tornar mínimo o impacto dessas novas mudanças em sua saúde física e mental.

Considerando que a língua(gem) pode ser uma aliada no combate à pandemia do coronavírus, na medida em que ela pode ser empregada para informar sobre a nova doença, buscando, dessa forma, informar e esclarecer as pessoas a tomarem os devidos cuidados, pondera-se que a modalidade facultativa pode ser utilizada como recurso e estratégia argumentativa para esse fim. Nesse sentido, os meios de comunicação, especificamente os gêneros jornalísticos opinativos, como o editorial, podem ser utilizados para revelar, de maneira objetiva, sobre a nova pandemia, expondo-a de maneira clara e sucinta desde uma posição axiológica. Assim, o editorialista, que fala em nome de uma dada instituição, assume a responsabilidade pela forma como é abordada a temática escolhida, bem como pelas posições axiológicas assumidas pelo grupo jornalístico que representa. Não se pode esquecer que o editorial também se caracteriza pela interação entre a instituição, que veicula a informação, e os leitores, que são os “consumidores” dessa informação. Desse modo, o editorialista busca manter certa coerência enunciativa, de forma a garantir e fidelizar as posições enunciativas do grupo jornalístico que representa.

Assim sendo, esta pesquisa pretende fazer uma descrição e análise da modalidade facultativa como recurso e estratégia argumentativa no editorial. Para isso, foram selecionados 60 editoriais disponibilizados na plataforma *online* do periódico cearense *O Diário do Nordeste*, cujo conteúdo era referente à pandemia do coronavírus. Assim, foram pautadas algumas categorias de análise que pudessem proporcionar uma qualificação da modalidade facultativa como estratégia discursiva e argumentativa, considerando aspectos de ordem

pragmática, semântica e morfossintática. Para a rodagem dos dados e a frequência das categorias de análise, recorreu-se ao *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

Em termos da organização desse trabalho, apresenta-se, na primeira seção, os principais conceitos sobre modalização discursiva nos estudos linguísticos. Na sequência, aborda-se sobre a modalidade facultativa em Hengeveld (2004). Posteriormente, discorre-se sobre a metodologia deste trabalho, bem como a apreciação do gênero jornalístico editorial e das categorias de análise. Em seguida, passa-se para os resultados e as discussões da modalidade facultativa nos editoriais que compuseram o corpus. Por fim, expõe-se sobre as considerações finais e as referências desta pesquisa.

2. A modalização discursiva nos estudos linguísticos

De acordo com Neves (2010), ao se falar acerca de modalidade, implica-se, necessariamente, em tratar de conceitos como *possibilidade* e *necessidade*. Segundo a autora, as diferentes tipologias de modalidade têm trabalhado, tradicionalmente, com esses dois conceitos, analisando-os a partir do emprego dos diferentes tipos de operadores modais (unidades linguísticas), tendo em vista os aspectos de ordem sintática, semântica e pragmática. Considerando o ponto de vista comunicativo-pragmático apontado pela autora, infere-se que a modalidade pode ser considerada como uma categoria automática, haja vista que não se poderia conceber que o falante não marcasse de alguma forma, em seus enunciados, certo grau de certeza, dúvida, desejo, inquietação, etc., sobre o fato expresso.

Assim como Neves (2010), Koch (2009) também explicita que a modalidade deve ser descrita e analisada com base em um ponto de vista pragmático, semântico e sintático. Nesse sentido, a força ilocucionária, contida no enunciado modalizado, é capaz de revelar a atitude do falante perante o enunciado que ele mesmo produz. Desse modo, segundo a autora, a forma como os discursos vão sendo estruturados parte da relação entre os diferentes tipos de enunciados que são projetados a partir de certas relações de modalidade. Nesse sentido, entende-se que, ao fazer uso da categoria modalidade, o falante pretenda manifestar as suas intenções e suas atitudes diante dos enunciados, produzindo, para isso, diferentes tipos de atos ilocucionários. Por isso, tanto para Neves (2010) quanto para Koch (2009), a modalidade poderia ser entendida como uma estratégia de argumentação que se materializa linguisticamente.

Ainda que não haja um consenso quanto à conceitualização da categoria modalidade na seara da Linguística, Palmer (2001) delimita-a como a gramaticalização das atitudes e das opiniões subjetivas do falante. A partir desta perspectiva, o autor pontua que a modalidade apresentaria duas propriedades básicas: a *subjetividade* dos sujeitos e a *não-factualidade* dos eventos. Com base no autor, entende-se que a subjetividade seria a característica primordial

para definir a categoria modalidade, em que esta revelaria o estado das proposições que o evento comunicativo descreve. Assim sendo, a modalidade pode ser subdividida, desde uma perspectiva tipológica, em dois eixos principais: (i) *proposicional* (modalidade epistêmica); e (ii) de *evento* (modalidades deôntica e dinâmica).

Considerando que a modalidade imprime as crenças e as opiniões subjetivas do falante, atesta-se, com base em Nascimento (2009), que a modalidade ou modalização^[1] pode funcionar como recurso ou estratégia argumentativa que permite que o falante, que é o responsável pela elaboração do discurso (entendido, nesta pesquisa, como o uso efetivo da língua), consiga imprimir, em seu enunciado, sua avaliação subjetiva ou seu ponto de vista acerca do conteúdo de sua própria enunciação. Para isso, o falante recorre a estruturas linguísticas que sejam capazes de “marcar” ou “assinalar” os seus propósitos ou as suas intenções comunicativas durante a interação como seu(s) ouvinte(s).

Esses elementos linguísticos que registram os pontos de vista do falante são denominados, conforme Castilho e Castilho (2002), de *modalizadores*, pois são estruturas que materializam as diferentes formas de modalização no enunciado, expressando, assim, a atitude modal do falante em relação ao enunciado por ele veiculado, podendo ele comprometer-se ou não com aquilo que é dito. Em outras palavras, pondera-se que a modalização discursiva se constitui como uma forma de manifestação da subjetividade na língua(gem), traduzindo, desse modo, em um maior ou menor grau, o comprometimento do falante em relação ao conteúdo de seu enunciado. Desse modo, os estudos voltados para a modalização discursiva buscam descrever e analisar as diferentes formas com as quais o falante pode recorrer ao pretender assumir ou não, ao elaborar o seu discurso, seus conhecimentos e suas crenças pessoais, permitindo que se possa situar o papel da subjetividade (as opiniões subjetivas do falante) na construção dos diferentes discursos.

Ainda em relação aos modalizadores, Castilho e Castilho (2002) ponderam que eles servem como recursos linguísticos que manifestam a expressão da modalização, podendo ter origem na prosódia (a curva entonacional do falante ao articular o enunciado modalizado), na flexão do modo verbal (indicativo e subjuntivo), no emprego de verbos auxiliares (*dever, poder, querer*, etc.), de adjetivos em posição predicativa (*é possível, é claro, é necessário, é desejável*, etc.), advérbios (*possivelmente, certamente, obviamente, necessariamente*, etc.), e de sintagmas preposicionais (*na verdade, em realidade, com certeza, de fato*, etc.). Assim sendo, avalia-se que os diferentes tipos de modalizadores apresentam um papel efetivamente subjetivo na enunciação, em que natureza

semântica da modalização é condicionada não apenas pelos modalizadores, mas também por questões contextuais, tais como: a posição em que se encontra o falante, para quem o falante direciona o seu discurso, o ambiente em que ocorre a interação com o(s) ouvinte(s) e as intenções e os propósitos comunicativos do falante.

Apoiando-se em Nascimento (2010), entende-se que os diferentes tipos de *modalizadores* podem orientar a forma como os enunciados podem ser lidos pelos participantes da interação comunicativa (falante e ouvinte), permitindo que eles cheguem a determinadas conclusões a partir da leitura que pode ser feita dos diferentes tipos de modalidade que podem ser instauradas por meio desses modalizadores, tendo em vista, obviamente, os aspectos do contexto em que se dá a interação. Assim, os *modalizadores* e os diferentes tipos de *modalidades* que eles podem instaurar (evidencial, epistêmica, deôntica, volitiva e facultativa)^[2] constituem-se como estratégias argumentativas, na medida em que assinalam os graus de subjetividade do falante no enunciado modalizado.

De fato, é possível reconhecer que há uma diversidade de tipologias de modalidade na seara da Linguística. No entanto, Neves (2010) pondera que elas podem ser resumidas, basicamente, em dois tipos principais: *modalidade epistêmica* e *modalidade não-epistêmica*. No que tange, especificamente, à modalidade não-epistêmica, também conhecida como *modalidade de raiz*, esta pode ser subdividida em duas: (i) a *modalidade deôntica*, que é relativa às regras e às normas de conduta (obrigação e permissão); e (ii) a *modalidade dinâmica*, que é referente às habilidades, às capacitações e às disposições (habilidades e volições). Por ser de interesse, desta pesquisa, a modalização referente às habilidades e às capacidades, centrar-se-á nesta última.

Palmer (2001) especifica que a modalidade dinâmica diz respeito às capacidades e às habilidades que são intrínsecas ou adquiridas do sujeito da sentença, e, por isso, não seria subjetiva, como a modalidade epistêmica, que é relativa aos conhecimentos e às crenças do falante acerca do mundo real, mas objetiva, o que pode ser observado neste exemplo: *He can run a mile in under four minutes* [Ele pode correr uma milha dentro de quatro minutos] (Palmer, 2001, p. 77); em que o falante se preocupa somente em manifestar a capacidade do sujeito em correr um milha em um tempo mínimo. Assim sendo, infere-se, com base no autor, que a modalidade dinâmica instaura apenas dois valores modais: (i) habilidade ou capacidade; e (ii) intenção ou volição.^[3]

A partir dessas conclusões acerca da modalidade dinâmica, Palmer (2001) situa-a no *eixo da habilidade*, tendo que ser interpretada, portanto, em termos de poderes físicos

[1] Para Castilho e Castilho (2002), os termos “modalização” e “modalidade” podem ser, ainda que de maneira muito sutil, diferenciados. Para os autores, o termo modalização pode ser empregado quando o falante expressa o seu relacionamento com o conteúdo proposicional. Por sua vez, a modalidade pode ser utilizada quando o falante expõe o seu conteúdo proposicional de forma assertiva (afirmação ou negação), interrogativa (polaridade ou não-polaridade) e jussiva (imperativa ou optativa). No entanto, para esta pesquisa, os termos modalidade e modalização serão considerados como sinônimos.

[2] Esses diferentes tipos de modalidades são com base na tipologia das modalidades proposta por Hengeveld (2004).

[3] Para esta pesquisa, será considerado apenas os valores de habilidade e capacidade, considerando que, em Hengeveld (2004), esses valores são instaurados por meio da modalidade facultativa, enquanto os valores de intenção e volição são instaurados por meio da modalidade volitiva.

e mentais dos indivíduos, podendo incluir também, em alguns casos específicos, condições físicas que os afetam. Conforme o autor, poder-se-ia, então, especificar dois tipos de habilidade: (i) a *habilidade dinâmica*, em que o falante pode expressar suas próprias capacidades ou as capacidades de um outro sujeito para realizar ou alcançar um dado objetivo; e (ii) a *volição dinâmica*, em que o falante expressa seus desejos, suas vontades, suas intenções e suas esperanças em alcançar um dado objetivo.

Com base em Palmer (2001), entende-se que a modalidade dinâmica pode estar relacionada a determinadas circunstâncias, no mundo real, que tornam possível ou necessária a realização de um dado evento. Desse modo, entende-se que a modalidade dinâmica poderia ser *neutra*, quando se refere às características físicas que possibilitam a ocorrência de um evento; ou orientada para o sujeito, quando diz respeito às habilidades e às capacidades inerentes ou adquiridas dos indivíduos. Nesse sentido, a modalidade dinâmica pode estar relacionada tanto a seres animados [+humano], quando orientada para o sujeito, quanto a seres inanimados [-humano], quando relativa à possibilidade de ocorrência de um evento.

Em Neves (2010), a modalidade dinâmica é entendida como a forma pela qual os referentes de sintagmas nominais, cuja função é a de sujeito, são dispostos em direção a um ato, expressando, assim, habilidade e intenção, como é possível constatar nesses exemplos: *Eu posso resolver isso para você* (habilidade) e *Mas eu te amo e quero te ver sempre* (intenção) (Neves, 2010, p. 162). Com base na autora, infere-se que a modalidade dinâmica diz respeito às habilidades e às capacidades de natureza física, moral ou intelectual dos indivíduos e os desejos e as intenções dos sujeitos em realizar um dado evento. Assim, a modalidade dinâmica pode ser traduzida como “ser capaz de”, “estar habilitado a”, “ter a capacidade de”, “ter vontade de”, “ter a intenção de”, etc.

Na tipologia das modalidades de Hengeveld (2004), a modalidade dinâmica de Palmer (2001) e Neves (2010) é nomeada de *modalidade facultativa*, sendo também relativa às capacidades e às habilidades intrínsecas ou adquiridas (domínio semântico), podendo apresentar orientação para o Participante e o Evento (orientação modal), como será descrito na seção seguinte.

3. A modalidade facultativa na tipologia das modalidades de Hengeveld (2004)

Para a descrição e análise da modalidade facultativa no gênero jornalístico editorial como recurso e estratégia argumentativa, recorre-se à tipologização das modalidades proposta por Hengeveld (2004), em que a categoria modalidade é descrita e analisada a partir de dois parâmetros principais:

(i) o *domínio semântico*, que diz respeito ao tipo de avaliação que se faz do enunciado modalizado; e (ii) a *orientação modal*, que se refere à parte do enunciado que é modalizada, ou seja, a perspectiva sobre a qual recai a modalidade.

Em relação ao primeiro parâmetro, Hengeveld (2004) especifica que as modalidades podem ser classificadas em cinco subtipos: (i) *modalidade epistêmica*, que diz respeito aos conhecimentos e às crenças do falante acerca do mundo real; (ii) *modalidade evidencial*, que se refere à fonte da informação que é apresentada no enunciado modalizado; (iii) *modalidade deôntica*, que é relativa ao que é moralmente, legalmente ou socialmente aceito em termos de regras e normas de conduta; (iv) *modalidade volitiva*, que concerne ao que é (in)desejável por parte do falante ou do participante expresso pelo predicado; e (v) *modalidade facultativa*, que está relacionada às habilidades e às capacidades intrínsecas ou adquiridas do participante contido no predicado ou as circunstâncias físicas que possibilitam a ocorrência de um evento.

No que diz respeito ao segundo parâmetro, Hengeveld (2004) delimita que a modalidade pode estar orientada para: (i) o *Participante*, quando diz respeito à relação entre um dado participante (ou as propriedades dele) e um evento e a realização potencial desse evento por parte dele; (ii) o *Evento*, quando se refere à descrição do estatuto objetivo de um evento dentro do enunciado, mas sem que o falante faça uma avaliação desse evento; e (iii) a *Proposição*, quando diz respeito às crenças, aos conhecimentos e aos desejos do falante acerca de uma dada proposição condizente com a especificação do grau de comprometimento do falante com relação ao que ele enuncia.

Para a modalidade facultativa, foco deste trabalho, constata-se, com base em Hengeveld (2004), que: (i) em relação ao domínio semântico, ela diz respeito às capacidades e às habilidades intrínsecas e adquiridas; e (ii) no tocante à orientação modal, ela pode estar orientada para o Participante, quando diz respeito à descrição das habilidades ou das capacidades intrínsecas ou adquiridas de um participante no evento designado pelo predicado, como no exemplo: *Eu não sou capaz de trabalhar*;[4] e para o Evento, quando há a caracterização de eventos em termos das condições físicas ou circunstanciais que possibilitam a sua ocorrência, como no exemplo: *Pode levar três horas para chegar lá*.^[5]

A partir desses dois parâmetros propostos por Hengeveld (2004), pondera-se que, em termos discursivos e argumentativos, a modalidade facultativa possa ser empregada pelo falante (o editorialista, que representa um determinado grupo jornalístico) para: (i) revelar o que lhe é inerente em termos de capacidades e habilidades que possam culminar na execução de ações, sejam por parte de algum sujeito específico ou as circunstâncias físicas que possibilitem a realização de algum evento; (ii) reportar o

[4] Tradução nossa. O original diz: “I am not able to work” (Hengeveld, 2004, p. 1191).

[5] Tradução nossa. O original diz: “It can take three hours to get there” (Hengeveld, 2004, p. 1192).

que é inato ou adquirido em relação às disposições de terceiros em performatizar projetos, ações, trabalhos, etc.; e (iii) expressar as capacidades físicas e as circunstâncias que possibilitem a concretização de eventos.

Dessa forma, acredita-se que os modalizadores facultativos, empregados no editorial, sejam capazes de manifestar, de forma assertiva e contundente, as capacidades e as habilidades que sejam intrínsecas ou adquiridas a sujeitos e/ou a eventos, buscando, assim, assegurar a execução das ações políticas, governamentais, sociais, econômicas, etc., relativas ao Estado, ao Governo, às instituições públicas e/ou privadas, aos grupos empresariais, às instituições religiosas, etc.

Assim sendo, acredita-se que a proposta de Hengeveld (2004) para a categoria modalidade facultativa é adequada a esta pesquisa, pois, com base nela, é possível descrever e analisar: (i) o tipo de avaliação que se faz do enunciado modalizado (domínio semântico); e (ii) a parte do enunciado que é modalizada (orientação modal). Desse modo, pode-se descrever e analisar os diferentes efeitos de sentido que podem ser desencadeados por meio das modalidades facultativas, juntamente com outros parâmetros de análise de ordem pragmática, semântica e morfosintática e que serão descritos na seção seguinte.

4. Metodologia

Com o objetivo de descrever e analisar a modalidade facultativa no gênero jornalístico como recurso e estratégia argumentativa, optou-se pelo *editorial*. Nesse sentido, foram selecionados 60 editoriais hospedados online na página oficial do jornal *O Diário do Nordeste* e de livre acesso ao público.^[6] Os editoriais selecionados para a composição do corpus foram todos relativos à pandemia do coronavírus, cujo conteúdo estava voltado para a discussão acerca das mudanças e dos transtornos causados pela *covid-19*, especificamente entre os meses de março a agosto, quando se intensificaram as medidas preventivas de combate à pandemia. Os editoriais também relatavam sobre os impactos ocasionados em razão do isolamento social (*quarentena*), bem como de possíveis problemas de saúde física e mental que as pessoas, em confinamento, poderiam vir a ter. Para além dessas questões, foi possível encontrar editoriais relativos às mudanças ocorridas no cenário político, social, econômico, cultural, educacional, esportivo e sanitário tanto do Brasil quanto do exterior, em que os editorialistas buscavam expor e comentar sobre as capacidades e as debilidades das instituições públicas e/ou privadas no combate ao coronavírus.

Em relação ao gênero jornalístico editorial, Alves Filho (2006) aponta algumas características que lhe enquadram como pertencente à esfera jornalística, a saber: (i) a *impessoalização*, pois se fala em terceira pessoa, buscando, assim, a impessoalidade e

“Acredita-se que os modalizadores facultativos, empregados no editorial, sejam capazes de manifestar, de forma assertiva e contundente, as capacidades e as habilidades que sejam intrínsecas ou adquiridas a sujeitos e/ou a eventos”

a objetividade na abordagem da temática que será exposta pelo editorialista, que, por sua vez, expõe de maneira clara e sucinta os fatos desde uma posição axiológica; (ii) a *institucionalização*, haja vista que se fala em nome de uma dada instituição ou empresa, a qual assume a responsabilidade pelo tratamento do objeto de sentido e pelas posições axiológicas assumidas, eximindo, desse modo, o editorialista das responsabilidades

jurídicas e enunciativas em relação ao conteúdo e às posições assumidas em cada texto que é publicado; (iii) a *ausência de assinatura*, pois os textos não apresentam a assinatura de nenhum autor individual; (iv) o *uso da variedade padrão da língua*, a julgar pela sistemática ausência de sotaques sintáticos, lexicológicos e fonéticos que pudessem apontar para sujeitos empíricos ou para segmentos socioculturais; (v) a *interação entre uma instituição e seus leitores*, em razão de haver um grupo empresarial jornalístico que interage com indivíduos constituídos como leitores; (vi) a *busca por uma coerência enunciativa*, o que faz com que as instituições jornalísticas se vejam compelidas a manter coerência em torno de suas posições enunciativas; e (vii) o *ineditismo textual*, em que as instituições jornalísticas prezam pelo pioneirismo em relação ao que é divulgado por meio de seu texto (o editorial).

Em termos argumentativos, Moraes (2007) especifica que os editoriais se configuram como um texto opinativo que tem uma característica argumentativa peculiar, haja vista que os editorialistas buscam convencer o leitor acerca de uma dada posição, já conhecida por este, sobre uma determinada temática, propondo, assim, oferecer um juízo moral e de valor de forma definitiva, canalizando, portanto, a opinião pública. Conforme o autor, geralmente os leitores costumam compartilhar a visão de mundo do periódico que leem. Assim, a estrutura argumentativa do editorial é elaborada no intuito de convencer ou persuadir os leitores sobre o tema apresentado, mostrando-o como relevante e importante para que seja debatido. Desse modo, o autor estabelece que as opiniões e as crenças de cada periódico constituem, em última instância, uma visão de mundo que é trabalhada para ser compartilhada pelos leitores a que se dirigem.

Para Rocha e Campos (2013), os editoriais são elaborados no intuito de se transferir uma opinião, em que se pode expressar certa indignação acerca de algum fato social, político, econômico, sanitário, religioso, etc. Assim sendo, o editorial

[6] Os 60 editoriais que compuseram corpus estão disponíveis em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/editoriais>. Acesso em: 02/09/2020.

perpassa por diversas instâncias discursivas, debatendo e discutindo ideologias e, desse modo, tentar transformar, por meios discursivos e argumentativos, a visão de mundo de seu público leitor. Com base nisso, infere-se que o editorial é fruto da discursividade, produzido a partir da interatividade e das intencionalidades da instituição jornalística, revelando as ideologias presentes no âmbito de uma determinada empresa, podendo-se dizer que o editorial é a voz do jornal. Segundo as autoras, a maneira como os editoriais são produzidos deixa claro a vivência das experiências adquiridas que fizeram com que o editorialista pensasse de uma forma “pré-moldada” e, assim, construísse um texto nessa perspectiva. Dessa forma, o editorial pode ser entendido como a expressão do ponto de vista de uma dada empresa jornalística, que veicula o seu texto em razão de produzir diferentes efeitos de sentido, sejam eles de modificação e/ou de inquietação no público leitor.

Considerando que o gênero editorial permite desencadear uma série de construções e efeitos de sentido e compreendendo o tipo de relação que se dá entre o grupo empresarial (instituição jornalística) e seu público leitor, é plenamente possível que o editorialista possa confirmar ou desmistificar as capacidades e as habilidades das instituições públicas, tais como o Estado, o Governo, os órgãos sanitários, etc., em resolver ou pretender buscar soluções para a contenção dos problemas ocasionados pela pandemia do coronavírus, instaurando, desse modo, a modalidade facultativa.

Nesse sentido, foram pautadas as seguintes categorias de análise que pudessem fornecer uma apreciação discursiva e argumentativa no eixo da habilidade, a saber: (1) a *posição do falante na incidência do valor modal*, que pode ser de inclusão ou não-inclusão; (2) a *orientação modal*, que pode ser orientada para o Participante ou o Evento; (3) a *polaridade do enunciado modalizado*, que pode ser positiva (afirmação de capacidade) ou negativa (negação de capacidade); (4) o *traço semântico do sujeito sintático*, podendo ser específico [+específico] ou genérico [-específico]; (5) o *tempo verbal* em que o modal facultativo é flexionado, que pode ser no presente, pretérito ou futuro; (6) o *modo verbal* em que o modal facultativo é flexionado, que pode ser no indicativo (aspecto *realis*) ou no subjuntivo (aspecto *irrealis*); e (7) as *formas de expressão linguística* em que a modalidade facultativa é instaurada, podendo ser por meio de auxiliares modais, verbos de significação plena, substantivos, adjetivos, advérbios, construções modalizadoras, etc.

Desse modo, a descrição e análise da modalidade facultativa contará com duas partes: (i) uma *qualitativa*, no que diz respeito ao aporte teórico da tipologização de Hengeveld (2004) para a categoria modalidade facultativa e em trabalhos correlatos sobre esse subtipo modal; e (ii) uma *quantitativa*, no que diz respeito à rodagem dos dados e à frequência das categorias de análise com o auxílio do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS).

Sabendo-se da caracterização do corpus e da delimitação das categorias de análise, passaremos, na seção se-

guinte, para os resultados e discussões do engendramento da modalidade facultativa no editorial.

5. Resultados e discussões

A partir da hipótese de que a modalidade facultativa poderia ser empregada como recurso e estratégia argumentativa no gênero jornalístico editorial, foram pautadas algumas categorias de análise que pudessem fornecer uma explicitação discursiva e argumentativa das crenças e opiniões do editorialista (pessoa ou grupo de pessoas responsáveis pela elaboração do editorial) em relação às capacidades e às habilidades dos sujeitos (podendo ser uma pessoa em particular ou uma instituição) ou das circunstâncias físicas que poderiam propiciar a realização de algum evento. Desse modo, pondera-se que a elaboração de um editorial possa ser feita em consonância com os propósitos e as intenções comunicativas de uma dada instituição jornalística que, ao instaurar a modalidade facultativa, procuraria produzir diferentes efeitos de sentido que pudessem ser interpretados pelo seu público leitor. Assim sendo, é plausível que as modalizações facultativas sejam engendradas no editorial de forma estratégica, de maneira a expressar os pontos de vista do grupo jornalístico sobre uma dada temática.

Com base nessas considerações, a análise dos editoriais e a seleção dos casos de modalidade facultativa foram feitas a partir do domínio semântico estabelecido por Hengeveld (2004), que especifica este subtipo modal como aquele referente às habilidades e às capacidades intrínsecas ou adquiridas. Dessa forma, após a análise dos editoriais, foram encontradas 72 ocorrências de modalidade facultativa, que serão analisadas, nesta seção, com base: (1) na posição do falante na incidência do valor modal; (2) na orientação modal; (3) na polaridade do enunciado modalizado; (4) nos traços semânticos do sujeito sintático; (5) no tempo verbal; (6) no modo verbal; e (7) nas formas de expressão.

Em relação à posição do falante na incidência do valor modal, foi constatado que os casos de *não-inclusão* foram os mais recorrentes (67 ocorrências, que totalizam 93,1%), como pode ser visto na Tabela 01.

De acordo com Lima (2019), a posição do falante na incidência do valor modal pode revelar ou não o comprometimento do falante em relação à instauração das capacidades ou das habilidades dele próprio ou de terceiros. Assim, pondera-se que a não-inclusão do falante (editorialista) possa revelar certa objetividade em apontar a facultatividade de terceiros ou as circunstâncias físicas que favorecem a realização de eventos, como se pode averiguar nas ocorrências (1) e (2):

1. Há uma questão, não menos urgente, que diz respeito à dificuldade de pais e responsáveis manterem crianças e adolescentes em casa, em segurança, quando os adultos são chamados de volta ao trabalho presencial. Serviços de babá, como se sabe, são para uma parcela pequena da população que, a despeito das sacudidas da crise, **pode pagar** por eles.^[7]

[7] Tema do Editorial: *Ensaio do retorno*. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/editoriais/editorial-ensaio-do-retorno-1.2957465>. Acesso em: 02/09/2020.

Tabela 1

A frequência da posição do falante na incidência do valor modal

Posição do falante	Frequência	Porcentagem
Não-inclusão	67	93,1%
Inclusão	05	6,9%
Total	72	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SPSS

2. *Contra a doença, para a qual não há medicação que permita uma cura, com pronta recuperação, o que se pode almejar, de forma imediata, é o controle. Várias vacinas têm sido testadas em laboratórios de iniciativas transnacionais, mas apostar todas as fichas nesta solução é abdicar do que **pode ser feito** hoje, de forma segura e satisfatória, como se viu nas experiências mais bem-sucedidas no mundo.*^[8]

Em (1), verifica-se que o editorialista opta por manifestar a capacidade inerente de uma dada parcela da população em poder pagar por serviços de babá para poderem trabalhar, chamando a atenção do leitor para as dificuldades de uma maioria da população que não pode pagar pelos mesmos serviços. Em (2), o editorialista, por sua vez, busca fazer com que o público leitor reflita sobre o que é capaz de ser feito hoje no que tangem aos testes em laboratório que são feitos na tentativa de se encontrar uma vacina. Desse modo, ao se eximir de se incluir no valor modal facultativo instaurado, o editorialista pretenda ser mais objetivo em expressar as habilidades inerentes dos sujeitos e das circunstâncias físicas que podem favorecer a execução dos eventos, eximindo-se de qualquer comprometimento subjetivo da facultatividade instaurada.

No que diz respeito aos casos de inclusão, estes parecem seguir certa neutralidade ao diluir a pessoa do editorialista (que representa um grupo jornalístico) em meio a coletividade, buscando, assim, a imparcialidade na instauração da modalidade facultativa, ao revelar as capacidades e as habilidades inerentes de todos, como se pode averiguar na ocorrência (3):

3. *Para que a estabilização se confirme, perdure e, logo, as curvas no gráficos sejam descendentes, desejo e otimismo não são suficientes. Nem se pode exigir que o poder público garanta isoladamente a vitória contra a pandemia e seus efeitos. Há muito o que as pessoas e instituições **podem** e precisam **fazer**.*^[9]

Em (3), o editorialista opta, na instauração da modalidade facultativa, expressar as capacidades e as habilidades das pessoas e das instituições que, mesmo com as suas limitações,

são capazes de fazer algo para a minimização dos efeitos ocasionados pela pandemia, como respeitar a quarentena, usar máscara ao sair de casa, usar álcool em gel, etc., já que não poderiam esperar apenas pelo poder público. Ao reportar as capacidades e as habilidades inerentes das pessoas e das instituições de um modo geral (o que também inclui o editorialista e o grupo jornalístico para quem trabalha), o(s) autor(es) do editorial pretenda(m) demonstrar certa neutralidade em relação à facultatividade instaurada, buscando, para isso, projetar uma “voz de coletividade”, que teria mais força ilocucionária na instauração da modalidade facultativa que apenas uma “voz individualizada”.

Em relação à orientação modal, a modalidade facultativa, no editorial, é instaurada, majoritariamente, com orientação para o Evento (54 ocorrências, que totalizam 75%), como pode ser atestado na Tabela 02.

De acordo com Hengeveld (2004), a modalidade facultativa orientada para o Evento diz respeito às circunstâncias físicas que possibilitam a ocorrência de um estado-de-coisas. Com base no autor, acredita-se que a recorrência de orientação modal para o Evento deva-se a necessidade do editorialista em manifestar o estatuto objetivo de ocorrência dos eventos, considerando as circunstâncias físicas que poderiam provocar a sua ocorrência no mundo. Nesse sentido, a orientação modal para o Evento seria menos enfática [-categórica] quanto a realização do evento, já que este dependeria de condições externas para que pudesse, de fato, concretizar-se. Desse modo, haveria um menor comprometimento do editorialista quanto a possível realização do evento, como se pode ver na ocorrência (4):

4. *Portanto, é necessário que os envolvidos na retomada tenham a consciência de praticamente “refundir” o transcorrer de um evento, já que os protocolos de segurança sinalizam para uma atitude disciplinada por parte do público. E se a liberação do setor parece um jogo de xadrez, noutra direção resta a confiança de que essa **possa ajudar** a sociedade a revalorizar o convívio presencial.*^[10]

[8] Tema do Editorial: *Importância do controle*. Disponível em: <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/opiniao/editoriais/importancia-do-controle-1.2960285>. Acesso em: 02/09/2020.

[9] Tema do Editorial: *O desafio que é complexo*. Disponível em: <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/opiniao/editoriais/editorial-o-desafio-que-e-complexo-1.2952577>. Acesso em: 02/09/2020.

[10] Tema do Editorial: *Desafio da retomada*. Disponível em: <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/opiniao/editoriais/editorial-desafio-da-retomada-1.2981758>. Acesso em: 02/09/2020.

Em (4), o editorialista reporta a possibilidade facultativa de realização do evento, ou seja, a circunstância física que poderia culminar na concretização do estado-de-coisas, no caso, a confiança de que os protocolos de segurança sejam capazes de ajudar a sociedade a revalorizar o convívio social. Pondera-se também que o emprego do presente do subjuntivo (*possa*) favoreça uma leitura menos enfática da capacidade de realização do evento.

Por sua vez, a orientação modal para o Participante, quando instaurada no editorial, poderia revelar um maior comprometimento do editorialista quanto às capacidades e às habilidades inerentes ou adquiridas dos sujeitos que são reportados no seu discurso, sendo, portanto, mais enfática [+categórica] quanto à possibilidade de concretização do evento, já que este, para se concretizar, necessitaria apenas da disposição do participante, como se pode averiguar na ocorrência (5):

*5. O Ranking de Transparência, no entanto, não deve ser visto tão somente como um medidor das atuações para que se sujeitem aos julgamentos, este um território sombrio em que a politização de tudo pode atrapalhar a proposta do levantamento. É, isto sim, uma ferramenta balizadora sobre como União, estados e municípios **podem melhorar** na gestão administrativa em tempos de pandemia. Afinal, qualquer contrato público deve ser feito à luz da prestação de contas à sociedade, também por ela fiscalizada.^[11]*

Em (5), o autor do editorial instaura a modalidade facultativa para reportar a capacidade inerente do participante descrito pelo predicado (*União, estados e municípios*) em realizar o evento, no caso, melhorar a gestão administrativa em tempos de pandemia, o que pode ser feito em termos de ações concretas que visem aprimorar a parte administrativa do setor público. Acredita-se que o emprego do presente do indicativo (*podem*) reforce a leitura mais enfática da possibilidade de realização do evento contido no enunciado modalizado.

No que diz respeito à polaridade do enunciado modalizado, verifica-se que a polaridade positiva é a mais recorrente (66 ocorrências, que totalizam 91,7%), como pode ser constatado na Tabela 03.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), a polaridade pode ser considerada uma forma de marcação nas línguas naturais, em que a forma positiva seria entendida como *não-marcada*, enquanto a forma negativa seria *marcada*. Em outras palavras, conforme os autores, a forma positiva seria mais recorrente que a forma negativa nas línguas naturais, sendo frequente o uso de partículas que marquem a negatividade do estado-de-coisas, tais como advérbios de negação (*não, tampouco, nem, nunca, jamais, etc.*), locuções adverbiais de negação (*de modo algum, de jeito nenhum, de forma nenhuma, etc.*) ou pronomes indefinidos que denotam negação (*nada, ninguém, etc.*). Em termos argumentativos, entende-se que seria mais produtivo, para o encadeamento

Tabela 2

A frequência da orientação modal

Orientação modal	Frequência	Porcentagem
Evento	54	75%
Participante	18	25%
Total	72	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SPSS

Tabela 3

A frequência da polaridade

Polaridade	Frequência	Porcentagem
Positiva	66	91,7%
Negativa	06	8,3%
Total	72	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SPSS

[11] Tema do Editorial: *A luz necessária*. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/editoriais/editorial-a-luz-necessaria-1.2972851>. Acesso em: 02/09/2020.

discursivo do texto, que o editorialista se centrasse mais nas capacidades e nas habilidades inerentes ou adquiridas dos sujeitos e/ou das circunstâncias físicas que possibilitam a concretização de eventos, que se ele se detivesse apenas nas incapacidades e nas inabilidades, já que isso poderia provocar certo “desconforto” no público leitor, no que diz respeito à ineficiência das instituições e dos sujeitos em controlar ou minimizar os efeitos causados pela pandemia.

As ocorrências (6) e (7) ilustram, respectivamente, a polaridade positiva e negativa na instauração da modalidade facultativa:

6. *Nas orientações mais recentes, o Governo do Estado tem feito recomendações específicas para algumas cidades. Algumas delas, defendem as autoridades sanitárias, demandam a adoção de medidas mais duras de isolamento social e de controle das atividades que podem operar neste período [...] Encampar estas medidas depende de um conjunto de atores sociais. De um lado, há, claro, as prefeituras municipais alertadas pelo Estado. São elas que **podem**, dentro de sua competência, **estabelecer** a maior parte das ações que garantam o respeito ao “lockdown”.*^[12]

7. *Contudo, o que se pretende, com o endurecimento de medidas preventivas é, justamente, evitar que os casos se multipliquem de forma que o sistema de saúde **não consiga responder** à demanda. Trata-se de uma política de redução de riscos e, como se sabe, no caso da covid-19, estes podem ser elevados e mesmo letais.*^[13]

Em (6), o editorialista faz uso da modalidade facultativa para instaurar as circunstâncias físicas que podem culminar na concretização do evento, no caso, que as medidas mais duras quanto ao isolamento social e o controle de atividades que podem operar durante a pandemia sejam capazes de estabelecer a maior parte das ações que garantam o respeito ao *lockdown*. Por sua vez, em (7), o editorialista busca, ao instaurar a modalidade facultativa antecedida do advérbio de negação *não*, chamar a atenção do público leitor para o fato de o sistema de saúde não ser capaz de atender a demanda de pacientes infectados pela *covid-19*, em razão de não se aplicar medidas mais severas quanto ao isolamento social.

Em relação ao traço semântico do sujeito sintático, verifica-se que as formas genéricas (29 ocorrências, que totalizam 40,3%) e não-determinadas (23 ocorrências, que totalizam 31,9%) são as mais recorrentes, o que pode ser averiguado na Tabela 04.

Com base em Hengeveld (2004), verifica-se que a modalidade facultativa por ser qualificada em relação a um dado sujeito (orientada para o Participante) ou no que se referem às circunstâncias físicas que possibilitem a concretização

Em termos argumentativos, entende-se que seria mais produtivo, para o encadeamento discursivo do texto, que o editorialista se centrasse mais nas capacidades e nas habilidades inerentes ou adquiridas dos sujeitos e/ou das circunstâncias físicas que possibilitam a concretização de eventos”

de um evento (orientada para o Evento). Assim sendo, constata-se que, no editorial, os participantes que são designados pelo predicado referem-se, em sua maioria, a sujeitos genéricos, ou seja, sem a especificação de um indivíduo em particular, mas de um coletivo de pessoas, enquanto a qualificação modal das circunstâncias físicas que possibilitam a realização de um evento são marcadas, majoritariamente, sem a especificação de algum sujeito sintático, isto é, por meio

da partícula de impessoalização *se*.

Em termos argumentativos, pondera-se que isso se trate de uma tentativa do editorialista de não se comprometer ao apontar as capacidades ou as debilidades de um sujeito em particular ou fazer alguma avaliação subjetiva sobre a possibilidade facultativa de ocorrência dos eventos, pretendendo, dessa forma, fazer com que seu texto seja revestido de certa imparcialidade e neutralidade na instauração da modalidade facultativa, como se pode constatar nas ocorrências (8) e (9):

8. *Se há um efeito positivo das medidas de isolamento social, para além, claro, da evidente influência na redução de novos casos da covid-19, é o da redução de índices de poluição. O balanço de 2020, neste quesito, não há dúvidas, será o melhor em décadas [...] Ainda assim, cada uma dessas medições e mesmo a experiência sensória de se assistir a fauna e flora respirarem aliviadas, sem tanta presença humana, são positivas para se reforçar o que deveria ser compreendido por todos: que o mundo precisa de cuidados e que cada um, de seu lugar, **pode contribuir**.*^[14]

9. *Tenacidade é uma qualidade cada vez mais necessária. O momento a exige de todos, dada as incertezas que ainda impedem uma visão clara do futuro. Do que **se pode garantir** atualmente, quando se procura antecipar os que reservarão os dias vindouros, é que os efeitos da pandemia sobre a sociedade reverberarão por muito tempo.*^[15]

[12] Tema do Editorial: *Alerta no Interior*. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/editoriais/editorial-alerta-no-interior-1.2956147>. Acesso em: 02/09/2020.

[13] Tema do Editorial: *Alerta no Interior*. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/editoriais/editorial-alerta-no-interior-1.2956147>. Acesso em: 02/09/2020.

[14] Tema do Editorial: *Os alertas ambientais*. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/editoriais/editorial-os-alertas-ambientais-1.2957776>. Acesso em: 02/09/2020.

[15] Tema do Editorial: *O risco da evasão escolar*. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/editoriais/editorial-o-risco-da-evasao-escolar-1.2978093>. Acesso em: 02/09/2020.

Em (8), a modalidade facultativa, com orientação modal para o Participante, é instaurada pelo editorialista para expressar a capacidade do sujeito introjetado no discurso (*cada um*) em poder contribuir na contenção da pandemia, ainda que dentro de suas limitações. Ao não especificar um sujeito em particular, o editorialista pretenda chamar a atenção para a responsabilidade de todos em cuidar para que o coronavírus não se espalhe, dando voz, portanto, a coletividade. Em (9), por sua vez, a modalidade facultativa, com orientação para o Evento, é instaurada pelo editorialista para assegurar a capacidade que se tem, nesses tempos de coronavírus, de garantir que os efeitos nocivos da pandemia ainda irão durar por alguns anos. Ao não especificar um sujeito sintático, expressa-se apenas a possibilidade de ocorrência de uma circunstância física que possibilite a concretização de um evento. Assim, o editorialista pretenda apenas manifestar o estatuto objetivo desse evento sobre o qual recai a facultatividade, eximindo-se de qualquer avaliação subjetiva, partindo, para isso, do pressuposto de que já seja um consenso que os efeitos da *covid-19* ainda irão perdurar por alguns anos.

Em relação ao tempo verbal, verifica-se que o presente é o mais recorrente (58 ocorrências, que totalizam 80,6%), como se pode averiguar na Tabela 05:

Após a análise dos casos de modalidade facultativa nos editoriais que compuseram o corpus, pondera-se que recorrência do tempo verbal *presente*, na instauração da modalidade facultativa, deva-se ao caráter assertivo e à concretude da ação verbal que esse tempo apresenta, revestindo, assim, a facultatividade inerente ou adquirida do evento ou do sujeito descrito pelo predicado de forma mais categórica [+asserção], como se pode ver na ocorrência (10):

*10. A preocupação dessas orientações é motivada, por óbvio, pela gravidade da doença e pelos riscos que apresenta. Mas também é movida pelo imperativo de impedir que a população e suas instituições se deixem atordoar pela vertigem das boas notícias, que tome o progresso no combate à covid-19 por uma vitória já consumada e irrevogável. Os exemplos mundo afora, a serem considerados apenas os países que melhor enfrentaram a crise, mostram que recuos podem acontecer. Contudo, estes também **podem ser** evitados ou minimizados, a depender do comprometimento assumido com as recomendações de especialistas, nesta nova e, espera-se, provisória normalidade.^[17]*

Em (10), o editorialista, ao instaurar a modalidade facultativa, emprega o presente do indicativo (*podem*) para expres-

Tabela 4

A frequência do traço semântico do sujeito sintático

Traço semântico	Frequência	Porcentagem
Genérico	29	40,3%
Não-determinado	23	31,9%
Específico	20	27,8%
Total	72	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SPSS

Tabela 5

A frequência do tempo verbal

Tempo verbal	Frequência	Porcentagem
Presente	58	80,6%
Não se aplica ¹⁶	08	11,1%
Pretérito	03	4,2%
Futuro	03	4,2%
Total	72	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SPSS

[16] Os casos de não se aplica se refere ao emprego de substantivos (a capacidade, a habilidade, a possibilidade, etc.), adjetivos (capaz, hábil, etc.) e construções modalizadoras com substantivo suporte (a capacidade de, a habilidade de, etc.) na instauração da modalidade facultativa.

[17] Tema do Editorial: *Casos particulares*. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/editoriais/editorial-casos-particulares-1.2980316>. Acesso em: 02/09/2020.

sar a capacidade de realização de um evento (modalidade facultativa orientada para o Evento), no que diz respeito à habilidade de fazer com que os recuos sejam evitados ou minimizados, revelando, ao seu público leitor, de forma mais assertiva, que é possível (possibilidade facultativa) de evitar que ocorra um novo avanço da pandemia, desde que sejam seguidas as recomendações dos especialistas.

No que diz respeito ao modo verbal, constata-se que o modo indicativo é o mais recorrente (39 ocorrências, que totalizam 54,2%), seguido do modo subjuntivo (25 ocorrências, que totalizam 34,7%), como se pode examinar na Tabela 06.

Com base na Tabela 06, averigua-se que a modalidade facultativa, no editorial, pode ser instaurada tanto no modo indicativo quanto no subjuntivo. Ao se analisar os casos de modalidade facultativa instauradas nos editoriais que compuseram o corpus, acredita-se que, ao empregar o modo indicativo, o editorialista poderia assegurar [+certeza], de forma mais enfática, a concretização do evento, aproximando a modalidade facultativa do aspecto *realis*. Por sua vez, ao fazer uso do modo subjuntivo, o autor do editorial não poderia assegurar [-certeza], com mais veemência, a realização do evento, aproximando, assim, a modalidade facultativa do aspecto *irrealis*.

As ocorrências (11) e (12) ilustram, respectivamente, a instauração da modalidade facultativa nos modos indicativo e subjuntivo:

11. Não há qualquer comprovação científica que respalde qualquer pessoa a se autodeclarar livre da enfermidade. Nem mesmo os que contraíram o vírus em algum momento **podem se considerar** livres da covid-19, tendo em vista que também não se comprovou a durabilidade da condição imune de quem já se infectou.^[19]

12. A pesquisa mostra ainda que 60% dos entrevistados afirmam ter alguém do grupo de risco dentro de casa, e isto escancara a necessidade de manter as medidas de segurança. E traz uma informação impactante: quatro em

cada dez cearenses dizem ter perdido algum amigo ou familiar para a doença. Que este dado tão triste **possa servir** de lição para que vidas sejam poupadas.^[20]

Em (11), ao empregar o modo indicativo (*podem*) na instauração da modalidade facultativa, o editorialista expressa, de forma mais contundente, a incapacidade do participante descrito pelo predicado (*as pessoas que contraíram o vírus*) em se considerar imune à covid-19, em razão da falta de comprovação científica que respalde isso, intensificando, assim, a assertividade [+certeza] da impossibilidade de concretização do evento por parte do participante e aproximando a modalidade facultativa do aspecto *realis*.

Por sua vez, em (12), ao empregar o modo subjuntivo (*possa*) na instauração da modalidade facultativa, o autor do editorial manifesta, de forma menos categórica [-certeza], a possibilidade de concretização do evento, que consiste em que os dados acerca da quantidade de óbitos de pessoas por covid-19 tenha a capacidade de servir de lição para que outras vidas sejam poupadas, a partir da conscientização das pessoas sobre os cuidados que devem ser tomados para evitar a contaminação e a propagação da pandemia. A impossibilidade da controlabilidade do evento sobre o qual recai a facultatividade inviabiliza que o editorialista seja mais enfático quanto a possibilidade de concretização desse evento, instaurando, assim, a modalidade facultativa no modo subjuntivo.

Em relação às formas de expressão, averigua-se que os auxiliares modais são as unidades linguísticas mais recorrentes (54 ocorrências, que totalizam 75%), ainda que outras formas de expressão sejam, plenamente, possíveis, como as construções modalizadoras (09 ocorrências, que totalizam 12,5%) e os adjetivos em posição predicativa (08 ocorrências, que totalizam 11,1%), como se pode constatar na Tabela 07.

No que diz respeito ao uso de auxiliares modais na instauração da modalidade facultativa, pondera-se que isso seja justificável, em razão deles se configurarem como unidades linguísticas já gramaticalizadas nas línguas na-

Tabela 6

A frequência do modo verbal

Modo verbal	Frequência	Porcentagem
Indicativo	39	54,2%
Subjuntivo	25	34,7%
Não se aplica ¹⁸	08	11,1%
Total	72	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SPSS

[18] Os casos de não se aplica se refere ao emprego de substantivos (a capacidade, a habilidade, a possibilidade, etc.), adjetivos (capaz, hábil, etc.) e construções modalizadoras com substantivo suporte (a capacidade de, a habilidade de, etc.) na instauração da modalidade facultativa.

[19] Tema do Editorial: *Onda do descuido*. Disponível em: <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/editoriais/editorial-onda-do-descuido-1.2978799>. Acesso em: 02/09/2020.

[20] Tema do Editorial: *Apoio ao isolamento*. Disponível em: <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/editoriais/apoio-ao-isolamento-1.2971680>. Acesso em: 02/09/2020.

Tabela 7

A frequência das formas de expressão

As formas de expressão	Frequência	Porcentagem
Auxiliar modal	54	75%
Construção modalizadora	09	12,5%
Adjetivo em posição predicativa	08	11,1%
Adjetivo	01	1,4%
Total	72	100%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do SPSS

turais, o que, em certa medida, favorece a sua recorrência na instauração da categoria modalidade. Como é sabido, os diferentes tipos de modalização podem ser instaurados por meio de auxiliares modais prototípicos, como o auxiliar modal *deber*, que pode ser empregado tanto na instauração de modalidade deontica quanto de modalidade epistêmica, e o auxiliar modal *querer* que é prototípico na instauração de modalidade volitiva.

Nesse sentido, em termos argumentativos, acredita-se que o emprego de auxiliares modais, especificamente nas construções perifrásticas, possam qualificar, de maneira mais assertiva, em termos de semântica modal (o eixo de atuação em que opera a modalização instaurada, podendo ser o de conduta, volição, habilidade, conhecimento, etc.), as capacidades inerentes ou adquiridas dos sujeitos ou das circunstâncias físicas que possibilitam a concretização de um evento. Essa semântica modal, para a modalidade facultativa, é reforçada, necessariamente, nos casos em que os auxiliares modais têm um escopo de atuação sobre verbos performativos, cujos estados-de-coisas se configuram, na proposta de Dik (1997), como sendo de Ação [+dinâmico, +controle] ou de Posição [-dinâmico, +controle].

As ocorrências de (13) a (15) ilustram as formas de expressão mais recorrentes no editorial na instauração de modalidade facultativa, respectivamente auxiliares modais, construções modalizadoras com verbo suporte e adjetivos em posição predicativa:

13. A necessidade de se levar mais hospitais para o interior é só um dos problemas que os dias de pandemia fizeram ver. Há outros, como o da integração de sistemas de informação. Estes devem ser precisos e abrangentes, de forma a fornecerem bases para que os gestores públicos construam quadros a partir dos quais **possam formular** ações.^[21]

14. Além do argumento financeiro, há também ponderação do ponto de vista da medicina. A prática de atividade física, obviamente guiada pelos protocolos e estudos que

*orientam a retomada em um cenário de pandemia, é de importância comprovada para melhoria do estado geral de saúde. O confinamento, embora necessário, também **tem a capacidade de produzir** efeitos danosos, como o estímulo ao sedentarismo, um dos vilões de várias enfermidades catalogadas pela medicina.*^[22]

15. A transparência é irmã da verdade. A transparência pública, em qualquer âmbito que seja, será também aliada à Justiça e à responsabilidade. Com a pandemia do coronavírus não poderia ser diferente. Ou não deveria, já que **só é possível combater** um problema com a informação correta. Se o paciente omite sobre os sintomas, induzirá o médico ao erro; se fala a verdade, mas demora em dizê-lo, também poderá sofrer consequências.^[23]

Em (13), o editorialista instaura a modalidade facultativa por meio do auxiliar modal *poder* em construção perifrástica com o verbo performativo *formular*, no intuito de manifestar a capacidade adquirida do participante designado pelo predicado (*os gestores públicos*) de formular ações a partir da integração dos sistemas de informações. Em (14), o autor do editorial instaura a modalidade facultativa por meio da construção modalizadora *ter capacidade de* que toma por escopo o verbo performativo *produzir*, no intuito de expressar a possibilidade de concretização de um evento, no caso, que o confinamento seja capaz de produzir efeitos danosos quanto ao estímulo ao sedentarismo, já que a maioria das pessoas tendem a não fazer exercícios quando estão em seus domicílios. Em (15), o produtor do editorial instaura a modalidade facultativa por meio do adjetivo em posição predicativa *é possível* que tem um escopo de atuação sobre o verbo performativo *combater*, no intuito de declarar a possibilidade facultativa de ocorrência de um evento, em questão, o poder de combater um problema (*a pandemia do coronavírus*) com a informação correta (*a transparência pública nas ações do governo no combate à covid-19*). De (13) a (15), pondera-se que a leitura facultativa desses enuncia-

[21] Tema do Editorial: *Pensar o futuro agora*. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/editoriais/pensar-o-futuro-agora-1.2960487>. Acesso em: 02/09/2020.

[22] Tema do Editorial: *A vez das academias*. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/editoriais/a-vez-das-academias-1.2970942>. Acesso em: 02/09/2020.

[23] Tema do Editorial: *A luz necessária*. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniaio/editoriais/editorial-a-luz-necessaria-1.2972851>. Acesso em: 02/09/2020.

dos modalizados seja favorecida pelo tipo de estado-de-coisas sobre o qual o operador modal facultativo opera (*poder, ter a capacidade de e é possível*), no caso, estados-de-coisas de Ação [+controle, +dinamismo].

A partir da descrição e análise da modalidade facultativa no gênero jornalístico opinativo editorial, é possível identificar alguns elementos de ordem pragmática, semântica e morfossintática que favorecem o engendramento das capacidades e das habilidades dos sujeitos e/ou das circunstâncias físicas que possibilitam a ocorrência de um evento como recurso e estratégia argumentativa, considerando as intenções e os propósitos comunicativos do editorialista, que, por seu lado, é o representante das ideias e opiniões de uma dada instituição jornalística.

6. Considerações finais

Este artigo teve por objetivo fazer uma descrição e análise da modalidade facultativa no gênero jornalístico opinativo, o editorial, como recurso e estratégia argumentativa. O aporte teórico necessário foi embasado nos conceitos de modalização discursiva e na tipologia das modalidades de Hengeveld (2004), que descreve e analisa a modalidade a partir de dois parâmetros principais: o domínio semântico e a orientação. Com base nesses dois parâmetros, o autor define a modalidade facultativa como aquela relativa às capacidades e às habilidades intrínsecas e adquiridas, podendo estar orientada para o Participante, quando o foco da qualificação modal diz respeito às capacidades e às habilidades intrínsecas ou adquiridas de um sujeito e possibilidade de realização de um evento por ele; e o Evento, quando o foco da qualificação se referem às circunstâncias físicas que possibilitam a concretização de um evento.

A partir da análise dos 60 editoriais que compuseram o corpus, constatou-se que, na instauração da modalidade facultativa, o editorialista opta por não se incluir na incidência do valor modal, pretendendo, assim, buscar certa objetividade em expressar a facultatividade de terceiros ou as circunstâncias físicas que propiciam a realização de algum evento. A pretensão de buscar certa objetividade também teve reflexo na orientação modal facultativa, em que esta foi, majoritariamente, orientada para o Evento, em que o editorialista intencionou apenas expressar o estatuto objetivo de possibilidade de ocorrência de um evento, cujo realização no mundo real era dependente de fatores externos, fazendo com que a instauração da modalidade facultativa fosse menos enfática [-categórica].

No que tange à polaridade do enunciado, verificou-se que a modalidade facultativa foi instaurada por meio de enunciados positivos [+positiva], em virtude de o autor do editorial pretender expor mais as capacidades e as habilidades que as incapacidades e as inabilidades dos sujeitos ou dos eventos sobre os quais recaiam a facultatividade instaurada, evitando, assim, causar certo “desconforto” no público leitor. Ao instaurar a modalidade facultativa de forma

positiva, o autor do editorial buscou não se comprometer quanto as capacidades dos sujeitos ou dos eventos, instaurando a modalidade facultativa por meio de sujeito sintáticos genéricos ou não-determinados, no intuito de revestir seu texto de certa imparcialidade e neutralidade.

No que diz respeito as categorias tempo e modo verbais, constatou-se que o presente é o tempo verbal mais recorrente, o que produz certa assertividade [+enfático] quanto a facultatividade instaurada, podendo o modal facultativo ser instaurado no modo indicativo, o que indicaria mais certeza [+certeza] quanto a capacidade do sujeito de realizar o evento designado pelo predicado ou de um determinado evento ocorrer no mundo, aproximando, desse modo, a modalidade facultativa do aspecto *realis*; enquanto, no modo subjuntivo, indicaria menos certeza [-certeza], localizando, assim, a modalidade facultativa mais próxima do aspecto *irrealis*. No que diz respeito às formas de expressão linguística, o produtor do editorial preferiu fazer uso, majoritariamente, de auxiliares modais, seguido de construções modalizadoras com verbo suporte e adjetivos em posição predicativa, cujos operadores modais facultativos tinham um escopo de atuação sobre verbos performativos [+diretivo], favorecendo, assim, uma leitura facultativa do evento designado pelo predicado.

Diante do exposto, é possível averiguar a relevância da modalidade facultativa como recurso e estratégia argumentativa, em que esta é engendrada no discurso tendo em vista as intenções e os propósitos comunicativos do falante (editorialista), podendo também ser articulada ao serem ponderadas as ideias e as opiniões já sabidas de um determinado grupo

Constatou-se que, na instauração da modalidade facultativa, o editorialista opta por não se incluir na incidência do valor modal”

de pessoas (a instituição jornalística que veicula o editorial). Nesse sentido, acredita-se que outros trabalhos possam fazer uma qualificação da modalidade facultativa

considerando aspectos ainda não contemplados nesta pesquisa, como a subjetivação da modalidade facultativa quando esta está sob o escopo de uma modalidade subjetiva (a modalidade epistêmica, por exemplo) e os efeitos de sentido que podem ser produzidos no encaideamento discursivo do texto; ou o comportamento da modalidade facultativa como recurso e estratégia argumentativa em outros tipos de gêneros jornalísticos, tais como o artigo de opinião, a notícia, a carta ao diretor, a coluna, a crônica, a entrevista jornalística, etc.

REFERÊNCIAS

- ALVES FILHO, F. 2006. A autoria institucional nos editoriais de jornais. *Revista Alfa*, **50**(1):77-89.
- CASTILHO, A.T.; CASTILHO, C. M. M. 2002. Advérbios Modalizadores. In: R. ILARI (org.), *Gramática do Português Falado*. Campinas, Editora da UNICAMP, p. 199-247.
- DIK, S. 1997. *The Theory of Functional Grammar: The structure of the clause*. 2ª ed., New York, Mouton de Gruyter, 532 p.
- HENGVELD, K. 2004. Illocution, mood, and modality. In: G. BOOIJ, C. LEHMANN, J. MUGDAN (orgs.), *Morphology: a Handbook on Inflection and Word Formation*. Berlin, Mouton de Gruyter, p.1190-1201. <https://doi.org/10.1515/9783110172782.2.14.1190>
- HENGVELD, K.; MACKENZIE, J. L. 2008. *Functional Discourse Grammar: a topologically based theory of language structure*. New York, Oxford, 528 p. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199278107.001.0001>
- KOCH, I. G. V. 2009. *Argumentação e linguagem*. 12ª ed., São Paulo, Editora Cortez, 240 p.
- LIMA, L. V. 2019. *A modalidade facultativa no português falado no Ceará: uma análise baseada na Gramática Discursivo-Funcional*. Fortaleza, CE. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará - UFC, 178 p.
- MORAES, C. H. 2007. Parcialidade alardeada: notas sobre a importância da opinião no jornalismo. In: XI Colóquio Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação, 1º, São Paulo, 2007, *Anais do XI Colóquio Internacional sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação*. São Paulo, CELACOM. **9**(1):1-27.
- NASCIMENTO, E. P. 2009. *Jogando com as vozes do outro: argumentação na notícia jornalística*. João Pessoa, Editora Universitária da UFPB, 239 p.
- NASCIMENTO, E. P. 2010. A modalização deôntica e suas peculiaridades discursivas. *Fórum Lingüístico*, **7**(1):30-45.
- NEVES, M. H. de M. 2010. *Texto e gramática*. 2ª ed., São Paulo, Editora Contexto, 334 p.
- PALMER, F. R. 2001. *Mood and modality*. 2ª ed., Cambridge, Cambridge University Press, 260 p. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139167178>
- ROCHA, S. R. A.; CAMPOS, M. S. 2013. A Construção dos sentidos no Gênero Editorial dos Jornais Impressos. In: XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte, 1º, Manaus, 2013, *Anais do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte*. Manaus, INTERCOM. **12**(1):1-13.